

2 Fundamentação Teórica

O referencial teórico deste trabalho baseia-se na Sociolingüística Interacional, na Antropologia Cultural, no Interculturalismo e no Funcionalismo. A partir dessas teorias, abordaremos o conceito de língua e cultura, de contexto, de identidade cultural e lingüística e de pronomes de tratamento *tu* e *você* e das formas de tratamento.

Primeiramente será abordado o conceito de língua e cultura segundo o Interculturalismo com base em Bennett (1993), priorizando o conceito de cultura subjetiva, e segundo a Antropologia Cultural, com importantes considerações acerca da sociedade brasileira, em que discutiremos o tema segundo DaMatta (2001) e Holanda (1995).

Posteriormente, abordaremos o conceito de contexto segundo o Funcionalismo. Então utilizaremos os conceitos de contexto de Edward T. Hall (1998), caracterizados como *High-context* (HC) communication e *Low-context* (LC) communication, tentando relacioná-los aos conceitos de proximidade e distanciamento. Assim, apresentaremos o conceito de língua e cultura segundo a Sociolingüística Interacional baseando-nos em Gumperz (1982a) e Wierzbicka (1991). Já que estamos trabalhando com o contexto de uso e o contexto cultural, em que o ambiente e aspectos culturais são relevantes para se compreender a interação, a troca social, abordaremos, também, o conceito de *Face* segundo Scollon & Scollon (2001).

Para a construção da identidade do aprendiz americano, enquanto usuário da língua portuguesa, partiremos de suas identidades culturais para analisarmos suas identidades lingüísticas construídas. Esta abordagem será feita segundo o conceito de Gumperz (1982a), que afirma que um enfoque baseado na interação entre falantes focaliza as estratégias utilizadas pelo falante na produção e na interpretação da língua em contexto. Dessa forma, a identidade seria resultado dos processos de identificação durante a interação, a partir dos objetivos e interesses estratégicos dos falantes durante a comunicação em curso. Serão, também,

acrescentados alguns artigos organizados por Signorini (2001), em que são tratadas questões que envolvem a construção da identidade e o ensino de línguas.

Finalmente, para descrevermos os pronomes e as formas de tratamento no Português como Segunda Língua, faremos uma breve apresentação desse uso no português, no espanhol e no inglês, nos quais encontramos uma relação ternária, binária e unitária, respectivamente. Achamos importante abordarmos o sistema do latim, por ter sido o início dos estudos sobre pronomes de tratamento com Brown & Gilman (1972). Informações relevantes nos foram acrescentadas por Meyer (1999) e Head (1976, apud Souza, 1996). Apresentaremos algumas formas de tratamento mais usuais no português, que podem vir a ser usadas por alunos estrangeiros, e algumas do inglês destacadas por Ervin-Tripp (1972), e suas respectivas classificações segundo o grau de formalidade.

2.1. Língua, Cultura e Interação

2.1.1. Conceitos do Interculturalismo

Os estudos sobre a comunicação intercultural vêm buscando uma resposta para a dúvida de como as pessoas conseguem compreender umas às outras, quando não possuem as mesmas experiências culturais. Aspectos relevantes de uma cultura podem facilitar o aprimoramento da competência intercultural de um falante, já que somente a aprendizagem de estruturas lingüísticas não é sinônimo de sucesso para essa compreensão.

Milton Bennett, um importante nome nos estudos interculturais, em seu artigo “Intercultural Communication: A Current Perspective” (1993), caracterizou dois tipos de cultura: a *cultura objetiva* e a *cultura subjetiva*. Cultura Objetiva consiste nas manifestações produzidas pela sociedade, como literatura, música, ciência, arte, língua, enquanto estrutura, entre outras; seria o produto concreto criado pela sociedade. Por outro lado, a Cultura Subjetiva pode ser encontrada em manifestações abstratas, como valores, crenças e no uso da língua, levando a uma competência intercultural.

É necessário deixarmos claro que neste trabalho estamos considerando a língua como um instrumento de interação humana. A cultura subjetiva, ou seja, os valores e as normas culturais, modela as diferentes formas de interação entre um

falante e um ouvinte. Estes valores e normas estão presentes na competência comunicativa dos participantes, ao fazerem determinadas escolhas durante a interação social.

A cultura norte-americana, por exemplo, é marcada por uma diretividade no tratamento interpessoal. Eles são informais, espontâneos e usam o mesmo tipo de tratamento com diferentes pessoas. Para os americanos, ser formal é fazer uso de complexos métodos de tratamento e rituais, que são encontrados em outras culturas, refletindo a respectiva sociedade, como a japonesa (Stewart & Bennett, 1991). Contudo, quando comparados aos brasileiros, eles são mais distantes em seus eventos comunicativos.

In communication the American mentality is practical, favoring beliefs, resolutions, and intentions as the content of messages. These elements are controllable and consequently can be assimilated in communication. (...) When we compare American emotional expression in communication with styles in other societies, we can conclude that emotion in American communication lies somewhere in midrange. Arabs and Latin Americans generally consider Americans to be cold, while the Japanese judge American communication to be emotional. (Stewart & Hall, 1991, apud Meyer, 2002, p. 2)

Podemos perceber, diante dessa breve comparação, que língua e cultura são dois instrumentos inseparáveis. A língua é um instrumento vivo e constantemente em desenvolvimento. Diariamente, ela sofre influência da cultura, seja na escrita ou na fala, “(...) dificilmente língua e cultura podem ser separadas. Consideramos que a língua é um dos sistemas de expressão de uma cultura e que diferentes línguas apresentam preferências que são influenciadas pela cultura” (Grabe & Kaplan, 1989, apud Oliveira, 2000, p. 50).

Esta afirmação é claramente observada na língua falada, que não pode ser controlada como a língua escrita. Não é a língua que determina o comportamento de seus falantes, mas exatamente o contrário, ou seja, esse comportamento é que pode influenciar o uso dela. Este fato remete à cultura subjetiva apresentada por Bennett.

2.1.2. Conceitos da Antropologia Cultural

Quando enfatizamos a cultura brasileira, o antropólogo Roberto DaMatta (2001), um dos mais importantes estudiosos sobre a sociedade brasileira, divide nossa sociedade em dois espaços de convívio: “Há uma divisão clara entre dois

espaços sociais fundamentais que dividem a vida social brasileira: o mundo da casa e o mundo da rua.” (p. 23)

No espaço da *casa*, estão as relações pessoais, isto é, relações de familiaridade, afetividade. A casa é o lugar onde se estabelece uma identidade social; simboliza o espaço da ordem, da segurança, o lar. Por outro lado, no espaço da *rua* encontramos relações indiferentes, impessoais, sem amizade. Sendo assim, DaMatta afirma que “temos que nos dar conta de que vivemos numa sociedade onde a casa e a rua são mais do que espaços geográficos. São modos de ler, explicar e falar do mundo”. (Ibid., p. 28/29)

Dessa forma, podemos compreender como se constituem as relações interpessoais do brasileiro. Há uma forte tendência de transferirmos para a rua as relações de familiaridade da casa. “A manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em geral, no desejo de estabelecer intimidade” (Holanda, 1995, p. 148). O tratamento pelo primeiro nome, tendência dos portugueses acentuada pelos brasileiros, mostra a omissão do nome familiar tão prezado por outras culturas. Harrison, em *Behaving Brazilian* (1983), acrescenta-nos:

Introductions might make a Brazilian uncomfortable by imparting a degree of formality to a gathering. Brazilians may not know an acquaintance’s surname, and even in the business world, when an American would use ‘Mr. Smith’, a Brazilian would likely use ‘Senhor Angelo’. (p. 31)

Essa característica é o que diferencia a nossa informalidade, com tendência à proximidade, da informalidade do americano (comparada a outras culturas mais polidas), com tendência ao distanciamento, por exemplo.

A produção de comportamento social apropriado a cada novo momento exige que saibamos, primeiramente, em que contexto nos encontramos e quando estes contextos mudam. Exige que se saiba também qual comportamento é considerado apropriado em cada um desses contextos. (Erickson & Schultz, 1998, p. 143)

Holanda (op. cit.) afirma que polidez é uma maneira que o indivíduo encontra de defender-se perante a sociedade; é um disfarce que permite preservar suas emoções. O “homem cordial” busca em suas relações da *rua* a mesma proximidade que ele tem em casa, sem que isso afete seu convívio social.

2.1.3. O Contexto no Funcionalismo

Durante a emergência da pragmática, houve um grande desenvolvimento de estudos sobre o contexto, remetendo-o ao extralingüístico e transformando-o em alvo da constituição do sentido de um enunciado. Dessa forma, a pragmática traz a questão do uso da língua para o centro das discussões lingüísticas.

Segundo a proposta de Dik (1989, apud Neves, 2001), a interação verbal, isto é, a interação social estabelecida por meio da linguagem, é como uma forma de atividade cooperativa, porque necessita de ao menos dois participantes para atingir seus objetivos, e estruturada, porque é governada por regras, normas e convenções. Ele concebe a linguagem como um instrumento de interação social, realizada com sujeitos determinados, tempo e espaço definidos, ou seja, realizada em um contexto específico, que determina as formas dessa realização. Assim, na teoria funcionalista da linguagem, o estudo do contexto insere-se na teoria pragmática do uso da linguagem, da qual é imprescindível a abordagem contextual, ou extralingüística, do fenômeno lingüístico.

Para Dik, funcionalismo pode se opor ao formalismo a partir do que ele chama de paradigma funcional, no qual “paradigma” é um termo usado para designar cada conjunto de crenças e hipóteses em interação.

No PFU, o sistema deve ser estudado dentro do quadro das regras, princípios e estratégias que governam seu uso comunicativo natural. Desse modo, as expressões lingüísticas só podem ser compreendidas propriamente quando consideradas no seu funcionamento nos contextos, sendo as propriedades deste co-determinadas pela informação contextual e situacional. (Neves, *Ibid.*, p. 45)

O funcionalismo contemporâneo, ligado à perspectiva pragmática, introduz na teoria lingüística a noção de contexto por meio de uma nova concepção de língua, não abandonando, no entanto, a análise sistêmica. Comparando a *gramática sistêmica* de Halliday à gerativa, percebemos que a diferença está na consideração de uma *gramática profunda*, em que a base de um enunciado pode ser encontrada em escolhas que o falante faz quando compõe um enunciado para um determinado propósito (Christie, 1979, apud Neves, *Ibid.*). Sendo assim, a gramática sistêmica relaciona-se às escolhas feitas por falantes em contextos sociais reais.

2.1.3.1. Halliday e a noção de contexto

Segundo a Gramática Funcional proposta por Halliday (1994), os componentes essenciais do significado na língua são componentes funcionais. Todas as línguas organizam-se em tipos fundamentais de significado ou componentes: o ideacional ou reflexivo, manifestando o propósito de compreender o ambiente; o interpessoal ou ativo, manifestando o propósito de agir com outros no ambiente; e o textual, combinado a outros componentes, que é de grande relevância aos outros dois. Outro componente imprescindível para os demais é o contexto.

Contexto seria um texto que acompanha um outro texto; isto é, con-texto. Esta noção, por sua vez, está ligada ao que é dito e escrito, bem como outras categorias não-verbais. Dessa maneira, temos a relação entre o texto e a situação em que ele ocorre. Bronislaw Malinowski (Halliday & Hasan, 1989) advogou uma importante teoria acerca do contexto de uso. Ele precisou de um termo que expressasse todo um ambiente onde seria analisado, incluindo o ambiente verbal e a situação na qual o texto fosse falado. Sendo assim, com algumas apologias, criou o termo *context of situation*. Pelo contexto de uso, entendemos o ambiente onde o texto está sendo realizado.

Ainda assim, Malinowski precisou de outro tipo de contexto que desse conta não só do que estava acontecendo, mas também de aspectos culturais envolvidos: o *contexto cultural*. Para ele, esses dois tipos de contexto são fundamentais para se compreender um texto.

Influenciado pela noção de contexto de uso de Malinowski, J. R. Firth criou sua própria teoria lingüística (Halliday & Hasan, Ibid.). Para ele, o conceito do autor somente adequava-se a textos específicos. Ele precisava de uma descrição de contexto de uso que abordasse diferentes textos como parte de uma ampla teoria lingüística. Dessa maneira, os elementos envolvidos são: os participantes, a ação dos participantes, características da situação e efeitos da ação verbal.

Mais tarde, o antropólogo americano Dell Hymes, em seu trabalho na etnografia da comunicação, propôs outros elementos que também descrevessem o contexto de uso: a forma e conteúdo da mensagem, o cenário, os participantes, o efeito da comunicação, a chave, o meio, o gênero e as normas de interação. Seu

trabalho procurava englobar as diferentes maneiras que a língua pudesse ser usada em diferentes culturas.

Para Halliday (1989), o sucesso na comunicação pode ser explicado pela previsão inconsciente; quase nunca é surpresa o que queremos dizer em determinadas situações. Essas previsões são feitas a partir do contexto de uso. O tipo de descrição ou interpretação do contexto de uso que vem a ser mais adequada para o lingüista é o que caracteriza os termos usados em uma interação.

Através de uma perspectiva semiótica social, Halliday procura ver o texto em seu processo como um evento interativo; ou seja, uma troca social de significados. Assim, o texto é uma forma de troca, e a forma fundamental de um texto é o diálogo, a interação entre falantes. As conversas espontâneas do dia-a-dia são significativas, já que, nessas interações, os falantes improvisam, inovam e mudanças no sistema ocorrem. O texto é, então, um objeto e um exemplo de significado social em um contexto de uso específico. É um produto do meio, isto é, um produto de um processo contínuo de escolhas de significados.

O conceito semiótico de significados, que é criado no sistema social, é trocado por membros de uma cultura na forma de texto. O texto é exemplo de um processo e produto de um significado social em um determinado contexto de uso. Esse contexto está presente no texto através de uma relação sistemática entre o meio social e a organização funcional da língua.

Halliday propôs que a análise do contexto de uso fosse feita a partir de três componentes, correspondendo a três metafunções:

- 1- *Domínio do discurso*: refere-se ao que está acontecendo, à natureza da ação social.
- 2- *Tenor do discurso*: refere-se à natureza dos participantes envolvidos na interação.
- 3- *Modo do discurso*: refere-se às funções particulares que são determinadas pela língua na situação observada.

Sendo assim, o contexto de uso é definido pelo ambiente imediato que determinado texto está sendo produzido. Este conceito é usado para explicar por que certos textos são ditos ou escritos em ocasiões particulares e por que outros não podem. A partir do momento em que o falante lê e ouve, ele faz previsões

acerca do que será reproduzido em seguida, influenciado pelo contexto da interação.

2.1.3.2.

A importância do contexto para nosso estudo

Interessado especialmente em questões educacionais, Halliday considera a dimensão social particularmente significativa. A aprendizagem é essencialmente um processo social e o meio em que a aprendizagem educacional acontece. O conhecimento é transmitido em contextos sociais, através de relações entre professor e aluno ou entre alunos, que são definidos nos sistemas de valores e ideologia da cultura. As palavras que são trocadas nesses contextos adquirem seus significados em atividades nas quais esses contextos estão engajados.

Devido à ligação entre o texto e o contexto, os leitores e os escritores fazem previsões sobre o que vai ser dito ou escrito, já que possuem expectativas sobre o que vem a seguir, como já foi dito anteriormente. A maior parte do trabalho de aprender uma língua estrangeira consiste em aprender a fazer previsões certas. Quando um aluno que está aprendendo uma segunda língua como o inglês sente dificuldade, Halliday afirma que uma parte dessa dificuldade ocorre porque esse aluno ainda não aprendeu a ter expectativas em inglês, ou seja, a usar o contexto para fazer previsões.

A produção do comportamento social apropriado de acordo com determinada situação exige que estejamos atentos ao contexto onde será produzido um enunciado, e que este contexto pode mudar. Precisamos atentar também para o fato de que os comportamentos se adequam a esses contextos. Da mesma maneira, se manifesta a língua.

Hall (1998) afirma que o contexto estaria em um nível mais abstrato que outros traços pertinentes a todas as culturas, tais como o tempo e o espaço. Após pesquisas e observações de interações em diversas culturas, ele encontrou como resultado uma escala que varia entre *high-context communication* e *low-context communication*.

O high-context (HC) communication seria as informações que estão internalizadas; são mais econômicas, sendo usadas em situações de maior proximidade. Um exemplo desse contexto é os gêmeos que crescem juntos e podem se comunicar economicamente. O low-context (LC) communication seria

o contrário, ou seja, as informações são mais extensas e formais, como um código. Hall exemplifica esse contexto com o diálogo entre dois advogados, durante uma audiência no tribunal, ou programações de um computador.

Citando suas palavras, Hall explica:

In general, high-context transactions are more on the feeling, intimate side while the low-context ones are much less personal and oriented toward the left brain. It is also relevant that shifts from high-to-low-context signal the cooling of a relationship, while a move up the scale signals increased familiarity and usually warming, for example, forms of address from “Professor” or “Doctor” to using first names. (p. 61)

2.1.4. Conceitos da Sociolingüística Interacional

A Sociolingüística Interacional surgiu como a possibilidade de estudar interações situadas, ou seja, o contexto de uma análise minuciosa, em comunidades específicas ou no cruzamento cultural. Assim, ela facilita a análise de uma interação face a face, em contextos específicos, como o universitário, que é o nosso caso.

Uma das primeiras tendências desses estudos estava voltada para o fenômeno lingüístico, a fim de se compreender o que acontecia nas interações sociais, entre falantes de culturas diferentes, classes sociais, ou papéis sociais diferentes. Nesta linha, encontramos Gumperz e seus seguidores, analisando esses aspectos.

Na segunda tendência, encontramos as relações discurso e gramática, o estudo do estilo conversacional, de narrativas, o foco no tópico, na estrutura de participação, nas propriedades da língua oral e da língua escrita, nas estratégias de envolvimento e distanciamento, nas estratégias de polidez, nos marcadores discursivos, em expressões referenciais, nas classes gramaticais. Aqui estão incluídos os estudos da conversação espontânea em situações informais, como entre amigos, ou até mesmo formais, como com o diretor da faculdade.

A proposta de Gumperz, como um dos precursores da Sociolingüística Interacional, era focalizar tanto a linguagem e diversidade dialetal, enfatizando os aspectos sociais e culturais, quanto o uso da língua e interação social, enfatizando a expressão individual, a partir do processo de inferência conversacional em interações contextualizadas (Schiffrin, 1994). Entretanto, esse indivíduo é

concebido como um “self” que faz inferências, tornando-se envolvido como membro de um grupo social e cultural (Schiffrin, 1994). Gumperz procura integrar processos de uma atividade social face a face, no âmbito individual, e processos de comunicação de grupos.

Segundo Gumperz (1982a), a comunicação é uma atividade social que requer esforços de dois ou mais participantes. No entanto, comunicação não seria somente a produção de sentenças. Para criarmos e sustentarmos o envolvimento conversacional, necessitamos de conhecimentos e habilidades além da competência gramatical. Antes de decidirmos participar de uma interação, precisamos estar prontos a inferir sobre o que a interação aborda e quais são as expectativas dos participantes. A competência comunicativa pode ser definida em termos interacionais como o conhecimento de convenções lingüísticas e comunicativas relacionadas que os participantes devem ter para criar e sustentar a cooperação conversacional, e envolve, dessa forma, gramática e contextualização.

Para entendermos como procede uma interação, precisamos saber quem são os participantes, isto é, enquanto indivíduos, membros de uma sociedade, cultura e grupo étnico (Wierzbicka, 1991). Por exemplo, se a interação ocorre entre os brasileiros, notaremos uma tendência à proximidade entre os participantes, enquanto entre os americanos, uma tendência ao distanciamento, principalmente quanto ao uso de formas de tratamento em determinados contextos.

Essas normas e valores culturais influenciam diretamente a língua. Intimidade ou familiaridade é um valor cultural que pode fazer uma grande diferença entre diversas culturas. A cultura americana considera este valor prioritário, sendo, todavia, necessário criar uma espécie de escala social (Hifirida & Sohn, 1986, apud Wierzbicka, *Ibid.*).

Quando comparados a outras culturas como a russa, Wierzbicka (*Ibid.*) concluiu que os americanos não são tão “sensíveis à intimidade” em todos os aspectos. Se transferirmos essa realidade para a cultura brasileira, o que fariam os americanos para compreenderem intimidade, já que costumamos transpor para as relações do dia-a-dia a familiaridade e afetividade do espaço da casa, como apresentamos anteriormente?

Intimacy refers to a readiness to reveal to some particular persons some aspects of one's personality and of one's inner world that one conceals from other people; a readiness based on personal trust and on personal 'good feelings'. (*Ibid.*, p. 105)

Uma intimidade baseada em uma confiança no outro com quem estamos interagindo é aquilo em que acreditam os americanos. Esta crença pode, e é, transferida na aprendizagem de línguas e, logo, podemos atribuí-la também aos aprendizes do português. Esta transferência pode dar um aspecto formal aos enunciados produzidos por eles, mesmo em contextos de maior proximidade.

Essa diferença de valores entre a cultura brasileira e a norte-americana pode ser explicada e comprovada pelo uso dos pronomes de tratamento. Nós possuímos dois pronomes para criar um contexto de proximidade e um para criar um contexto de distanciamento, como veremos mais adiante. Entretanto, a língua inglesa dispõe apenas de um único pronome para esses dois contextos.

2.1.4.1.

A Interação Social

Como vimos, para descrevermos o uso dos pronomes e das formas de tratamento no Português como Segunda Língua, é necessário considerarmos os contextos que influenciam esse uso. Ao analisarmos um contexto, precisamos atentar para aspectos culturais envolvidos, já que o contexto envolve também toda uma interação lingüística, uma conversação, ou práticas e rituais que marcam determinada cultura e seus participantes.

O comportamento social de um falante exige que estejamos atentos ao contexto onde será produzido um enunciado, a fim de adequá-lo a ele. Segundo Scollon & Scollon (2001), a palavra *registro*, criada pelos sociolinguistas, é usada para associar-se a vários contextos, estilos comunicativos e seus participantes. Se uma pessoa encontra seu melhor amigo na rua, ou quando está participando de uma reunião, as saudações vão variar em registro devido aos diferentes contextos. Os autores preferem usar o termo “communicative style” por acreditarem englobar os termos polidez e poder interpessoal.

Se para Halliday (1989) o sucesso da comunicação pode ser explicado pela previsão inconsciente que o falante faz a partir do contexto de uso, essa previsão é, também, uma das formas de se reduzir a ambigüidade do evento comunicativo, fazendo previsões acerca das pessoas com quem estamos interagindo. Assim, o estudo da face na sociolinguística ajuda-nos a compreender como os participantes decidem o status e que língua eles usam para decodificar suas pressuposições

sobre as muitas diferenças hierárquicas, bem como suas pressuposições sobre a face apresentada pelos participantes durante a interação.

Sendo a face a imagem pública negociada, mutuamente permitida por cada participante em um evento comunicativo (Scollon & Scollon, 2001, p. 45), para os sociolinguistas a combinação das pressuposições não-marcadas sobre os participantes e seus relacionamentos negociados a partir dessas pressuposições é chamada o estudo da face, ou *teoria da polidez*.

A concepção de face é afetada por valores culturais e estilos comunicativos, podendo influenciar diretamente as pressuposições sobre o “self” que está envolvido na interação. “The idea of ‘self’ which underlies western studies of communication is highly individualistic, self-motivated, and open to negotiation.” (Ibid., p. 46). Sendo assim, os ocidentais possuem seus “selves” como um construto de independência, especialmente os americanos. Por outro lado, os orientais tendem a suprimir suas emoções centradas no ego a favor de uma harmonia no grupo, a fim de evitar conflitos; isto é, o “self” é um construto de interdependência, como a cultura japonesa (Ting-Toomey, 1994).

Para Scollon & Scollon (op. cit.), qualquer forma de comunicação entre falantes pode ser interpretada como um *envolvimento*. Quando um falante produz um enunciado e seu ouvinte é capaz de responder, o que caracteriza esta interação são os diferentes graus de envolvimento. No entanto, quando não há resposta e sim um silêncio¹, a interação é caracterizada como *independente*.

Como estratégia de envolvimento, podemos encontrar o uso do primeiro nome ou formas de tratamento especiais, as quais serão apresentadas mais adiante. Neste caso, podemos relacionar ao “high-context”, as interações marcadas por uma tentativa de proximidade. Aqui, destacamos como exemplo a cultura brasileira que, ao usar enunciados mais econômicos, é caracterizada por uma grande proximidade em suas relações interpessoais.

A independência enfatiza a individualidade dos participantes, em que poucas pressuposições são feitas, a fim de se respeitar a face do outro. Como estratégia linguística de independência, encontramos o uso de sobrenomes e títulos.

¹ Os autores atentam para o fato de que há culturas em que o silêncio marca um envolvimento entre os participantes.

Podemos relacionar, neste caso, ao “low-context”, as relações interpessoais em que haja uma tentativa de distanciamento. Aqui, podemos exemplificar com a cultura norte-americana, na qual encontramos o desejo de um maior distanciamento, ao usarem sentenças mais elaboradas a fim de se preservar seu espaço pessoal.

Quando um dos participantes mostra envolvimento de mais ou excessiva independência, ele pode pôr em risco a face do outro participante com quem está interagindo. Um caminho para solucionar esse problema está no que afirmam Ericson & Schultz (1998):

Um contexto se constitui pelo que as pessoas estão fazendo a cada instante e por onde e quando elas fazem o que fazem. Conforme coloca sucintamente McDermott (1976), os indivíduos em interação se tornam ambientes uns para os outros. Em última instância, um contexto social consiste, a princípio, na definição, mutuamente compartilhada e ratificada, que os participantes constroem quanto à natureza da situação em que se encontram e, a seguir, nas ações sociais que as pessoas executam baseadas nestas definições (Mehan et al., 1976, p. 143)

Sendo assim, o próprio falante pode criar um contexto de proximidade ou de distanciamento com seu ouvinte. Mais uma vez lembramos que esse contexto de uso é, também, influenciado pelo contexto cultural, como veremos adiante.

2.1.5.

O Conceito de Identidade

O estudo da linguagem como discurso interacional demonstra que o gênero, a etnicidade e a classe não são constantes, mas são comunicativamente produzidos. As identidades são mutáveis e podem ser percebidas através dos processos comunicativos. Existe um conflito em função de diferenças de modo / estilos de fala, na interação entre indivíduos pertencentes a grupos sociais com diferentes experiências. Identidades sociais e etnicidade são, em grande parte, estabelecidas e mantidas através da linguagem (Gumperz, 1982a).

Se enfatizarmos a cultura subjetiva, perceberemos que valores e normas modelam as diferentes formas de interação entre participantes. Este fato pode ser observado no uso da língua, quando preferimos uma forma lingüística no lugar de outra; quando escolhemos determinado pronome ou forma de tratamento e não outro.

Segundo Bennett & Bennett (1994), o foco na cultura subjetiva pode auxiliar os aprendizes a compreender as diferenças culturais em rituais sociais, comportamentos não-verbais e estilos comunicativos: “When the intercultural communication approach to culture is applied to domestic diversity, it produces an emphasis on understanding the process of ethnic identification and intergroup relations”. (p. 154)

Um dos componentes mais significativos na abordagem da identidade lingüístico-cultural é a questão da língua nacional. Para isso, Todorov (1988, apud Serrani-Infante, 2001) advoga o conceito de nação, que pode seguir o modelo raça, o modelo de contrato, isto é, um compromisso de adotar regras e, por último, o que mais nos interessa:

A antinomia das duas ‘nações’ pode ser superada se aceitarmos pensar a nação como cultura. Tal como a ‘raça’, a cultura pré-existe ao indivíduo, e não se pode mudar de cultura do dia para a noite (...). Mas a cultura tem também traços comuns com o contrato: ela não é inata, mas adquirida; e mesmo se essa aquisição for vagarosa, ela depende, no fim das contas, da vontade do indivíduo e pode dizer respeito à educação. Em que consiste sua aprendizagem? Em um domínio da língua, antes de tudo; em uma familiarização com a história do país, com sua paisagem, e com os costumes de seu povo de origem, regidos por mil códigos invisíveis (...). (p. 239/240)

Para a Psicologia Social, a identidade é definida através da alteridade, da relação com o outro (Kleiman, 2001). O conceito do “eu” do indivíduo organiza-se em virtude das características, crenças e traços da personalidade assumidos pelo grupo com quem ele se identifica, perdendo sua individualidade. Nesse sentido, a identidade cultural é constituída através da identificação que temos com membros da mesma sociedade: seus valores, regras, costumes, e uso da língua; isto é, a cultura subjetiva.

Na área da Sociolingüística, ainda ligada à Psicologia, como o trabalho de Giles (1977, apud Kleiman, Ibid.), a identidade e a vitalidade etnolingüística estão diretamente ligadas, visto que a identidade de um grupo varia de acordo com o status lingüístico, econômico, social e sociocultural, com fatores demográficos, e com fatores institucionais, como educacionais e burocráticos. Este conceito foi bastante criticado, por caracterizar um grupo minoritário, cuja identificação se dá a partir de uma base social estática e subjetivamente percebida (Kleiman, 2001).

Segundo as teorias Sociolingüísticas, preocupadas com os processos de socialização, a construção da identidade é explicada pelo processo da interação

social. Para Gumperz (1982a), um enfoque baseado na interação entre falantes pode focalizar as estratégias utilizadas pelo falante na produção e na interpretação da língua em contexto. Sendo assim, a identidade seria resultado dos processos de identificação durante a interação, em virtude dos objetivos e interesses estratégicos dos falantes durante a comunicação em curso.

Maria Lúcia Montes, em seu livro *Os mortos e os outros* (1978, apud Chnaiderman, 2001) apresenta-nos uma explicação para o processo de identificação:

(...) se todo processo de criação de identidade é um processo de reconhecimento da alteridade, em relação à qual vou constituir a afirmar minha própria identidade _ ‘um eu outro’, ou ‘um outro eu’ como no modelo Krahó _ é preciso pensar que diferentes contextos e situações vão configurar alteridades distintas... **a identidade não existe senão contextualizada**², como um processo de construção, e pressupõe o reconhecimento da alteridade para a sua afirmação. (p. 51)

Portanto, o que vamos presenciar é um processo de identificação, em contextos específicos, em que aprendizes de Português como Segunda Língua podem apresentar traços da cultura brasileira que marcam determinadas formas lingüísticas, como os pronomes e formas de tratamento. O que ocorre é não somente uma transferência de traços da cultura norte-americana, como o que pode ocorrer no caso dos aprendizes do português nos Estados Unidos, como o distanciamento, mas também uma grande identificação cultural e lingüística, expressada na nova língua adquirida, através do processo de interação com falantes nativos.

Por essas e outras características, é bastante delicada a aprendizagem do português por falantes do inglês, principalmente para aqueles que não estão imersos em nossa cultura, vivenciando isso em seus dia-a-dia. Esses alunos estão criando uma realidade, construindo uma identidade, que certamente irá chocar-se com a nossa realidade. Como afirma Revuz (1998, apud Meyer, 2000):

Se é verdade que aprender uma língua estrangeira é avançar, mesmo que modestamente, em relação aos discursos sociais e familiares que nos perseguem, nos constroem e nos coagem, e é afrontar um espaço silencioso no qual é preciso se inventar para dizer eu, então, aprender uma outra língua é fazer a experiência de seu próprio estranhamento no momento em que nos familiarizamos com o estranho da língua e da comunidade que a faz viver. (p. 8/9)

² Grifo nosso.

Esses aprendizes vão se familiarizar com o estranhamento no momento em que passarem a vivenciar a nossa cultura. A partir desse momento, irão questionar e construir uma outra realidade e identidade da construída anteriormente. A língua portuguesa, então, encontrar-se-á como Revuz (2001) classifica como “o desejo de um outro lugar e o risco do exílio”, isto é, o desejo de inserção na cultura brasileira, como uma grande identificação cultural, demonstrada em suas identidades construídas lingüisticamente. Isso não significa, necessariamente, a perda da sua própria identidade cultural já adquirida. Citando suas palavras: “O eu da língua estrangeira não é, jamais, completamente o da língua materna”. E ainda:

(...) aprender a falar uma língua estrangeira é, efetivamente, utilizar uma língua estranha na qual as palavras são apenas muito parcialmente “contaminadas” pelos valores da língua materna na medida, precisamente, em que não há correspondência termo a termo. (p. 224)

Dessa forma, a construção da identidade lingüística dos aprendizes americanos se dá em virtude da identificação, influenciada por fatores específicos que serão vistos mais adiante, com falantes nativos do português ou em sala de aula, principalmente pela necessidade de aperfeiçoar a língua durante a interação social. Esse fato será verificado através do uso de determinados pronomes e formas de tratamento em contextos específicos.

2.1. Os Pronomes e as Formas de Tratamento

2.2.1. Os Pronomes de Tratamento

Muitas línguas européias desenvolveram um sistema binário de pronomes de tratamento derivado do latim *tu* e *vos*. Em italiano temos o *tu* e o *voi*, em espanhol o *tu* e o *usted* e em francês o *tu* e o *vous*. Sendo assim, Brown & Gilman (1972) propuseram usar os símbolos T e V (do latim *tu* e *vos*), para designar familiaridade e polidez, respectivamente, em qualquer língua.

Poder é um relacionamento entre no mínimo duas pessoas, no qual não é recíproco o tratamento entre elas; por exemplo, a mãe que chama seu filho por T, e recebe como resposta V. O pronome T foi originalmente usado no singular. Posteriormente, o pronome V desenvolveu-se como forma de tratamento para pessoas de maior poder em uma escala hierárquica. Convém atentarmos para o

fato de que nem todas as diferenças entre as pessoas (idade, gênero, profissão, entre outras) implicam uma diferença de poder.

Segundo Wardhaugh (1986, apud Souza, 1996), T e V podem diferenciar-se em seus significados de uma língua para outra. Por exemplo:

- T → Amizade, Singularidade, Solidariedade, Parentesco e Familiaridade.
- V → Superioridade, Pluralidade, Distanciamento, Polidez e Poder.

Como podemos observar em muitas literaturas, os pronomes e as formas de tratamento são, por excelência, marcadores de polidez. Entretanto, o que precisamos esclarecer é que eles são, também, marcadores de proximidade e distanciamento. Assim, T seria usado em contextos de maior proximidade, enquanto V, nos contextos de maior distanciamento. Neste caso, temos no espanhol, por exemplo, o *tu* usado em contextos onde há familiaridade, proximidade, e o *usted* usado em contextos onde há um certo distanciamento.

2.2.2. O Sistema do Português

O falante nativo da língua inglesa encontra, ao contrário do que foi apresentado acima, um sistema unitário de pronome de tratamento. Apesar de no passado ter existido uma forma “*thou*” para designar proximidade entre pessoas e, nos dias de hoje, reservado para preces e uso literário, o pronome “*you*” é usado tanto para referir-se à proximidade, quanto ao distanciamento.

O sistema de tratamento da língua portuguesa é bem mais complexo do que o da língua inglesa. São muitos os pronomes que podem ser usados como segunda pessoa: *tu*, *você*, *o Senhor* e *a Senhora* (tratamento cerimonioso), e os chamados “pronomes de reverência”, tais como *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência*, *Vossa Magnificência*, entre outros (Rocha Lima, 2000).

Alguns desses pronomes são raramente usados, ou usados em ocasiões especiais, como *Vossa Excelência*. O emprego depende diretamente do contexto e do grau de intimidade entre o falante e o ouvinte; ou seja, o primeiro adapta seu discurso a cada exigência comunicativa. O falante nativo do português consegue fazer essa distinção, mas o aprendiz estrangeiro não.

Este fato agrava-se quando um aprendiz americano depara-se com o sistema ternário de pronomes de tratamento da língua portuguesa, principalmente no Brasil: *tu*, *você* e *o(a) senhor(a)*. Na língua falada no Rio de Janeiro, encontramos esse sistema ternário, em que o *tu* é usado com o verbo flexionado na terceira pessoa do singular.

- **Tu** → Seguido da flexão verbal de terceira pessoa do singular, é usado em contexto de grande informalidade, podendo significar proximidade, intimidade e afetividade. Normalmente, é utilizado por amigos íntimos e jovens. Ex.: *Tu é muito legal!*
- **Você** → Usado em todas as ocasiões, é considerado uma forma padrão. Desde que não seja usado como nos contextos anteriores, é uma forma de não pôr em risco a face do ouvinte. Ex.: *Você está bem hoje.*
- **O Senhor / A Senhora** → Usado para falar com o chefe quando há uma considerável diferença de idade ou com pessoas mais velhas. Pode ser usado, também, por crianças ao dirigirem-se a seus pais ou por empregados ao dirigirem-se as suas patroas. Existe um caso específico em que é usado para enfatizar uma ordem, como uma mãe falando com seu filho, a fim de chamar sua atenção. Ex.: *A senhora deseja a salada agora?*

Segundo Head (1976, apud Souza, 1996), esses pronomes podem ser classificados como um único eixo e dois níveis de tratamento:

Diferenciado ou de não intimidade	o Senhor / a Senhora
Não-diferenciado ou de intimidade	Você e Tu

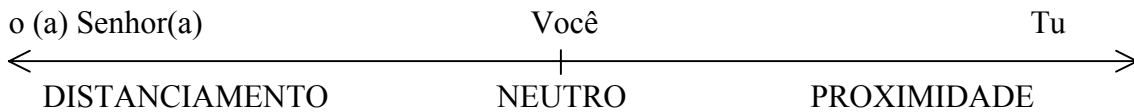
Quadro 1

Para Meyer (1999), os pronomes podem ser caracterizados quanto à formalidade e distanciamento, ou seja, segundo dois eixos e quatro níveis de tratamento:

Formal / distante	o Senhor / a Senhora
Semi-formal / meio distante ou informal / próximo	Você
Informal / distante	Enunciado muito particular como forma de tratamento + estrutura sintática “Dá pra...?”
Muito informal / muito próximo	Tu

Quadro 2

Para melhor esclarecer a nossa futura análise dos dados, formulamos o seguinte eixo com três níveis de tratamento:



Podemos observar, no eixo acima, que o pronome *você*, por considerarmos padrão, poderá oscilar tanto para a proximidade quanto para o distanciamento, dependendo, também, da forma de tratamento usada no discurso, durante a interação. A ausência da mesma implica analisarmos todo o contexto onde foi produzido o enunciado, e a relação entre os participantes. Como afirmam Brown & Gilman (1972):

A rule for making distinctive use of T and V among equals can be formulated by generalizing the power semantic. Differences of power cause V to emerge in one direction of address, differences not concerned with power cause V to emerge in both directions. (p. 257)

Esta observação reforça o que já foi dito anteriormente, isto é, cada pessoa cria um contexto, de poder ou não, onde será usado um ou outro pronome de tratamento.

Se enfocarmos a língua oral, notaremos que o pronome *você* combinado com alguns pronomes oblíquos pode criar diferentes contextos:

- Você + pronome oblíquo de segunda pessoa do singular → marca uma tentativa de proximidade. Ex.: Se *você* quiser, eu *te* empresto o livro.
- Você + pronome *você* como oblíquo → forma não marcada, pois não diz nada sobre o relacionamento entre o falante e o ouvinte. É o tipo de enunciado que precisa ser analisado no contexto onde foi produzido, juntamente com as formas de tratamento. Esse uso marca uma neutralidade na interação. Ex.: Ele disse *a você* que *você* deve estudar mais.
- Você + pronome oblíquo de terceira pessoa do singular → estilisticamente mais cuidadoso e mais usado na língua escrita, é o tipo de enunciado que

estaria relacionado a uma “correção” lingüística. Esse uso marca um distanciamento na interação. Ex.: Eu *lhe* disse que *você* estava errada.

O pronome *o Senhor / a Senhora* demonstra respeito e distanciamento, sendo utilizado, no entanto, em uma linguagem mais popular, e servindo de “link” entre um registro de maior distanciamento e uma linguagem diária mais neutra, como na descrição que fizemos anteriormente. Para Koike (1992), em uma interação onde haja adolescentes e crianças, este tratamento está se tornando obsoleto, sendo substituído, na maioria dos contextos, por *você*.

Para o pronome *tu*, precisamos atentar para o fato de que, em muitos casos, seus complementos oblíquos *te* e *contigo* são usados com muita frequência, ocorrendo, assim, uma mistura entre segunda e terceira pessoas, bem como o uso dos pronomes possessivos *teu/tua* e *seu/sua*. Dessa forma, os enunciados nos quais eles estão contidos oscilam entre um contexto de muita proximidade e um contexto mais neutro. Essa mistura de pessoas verbais/pronominais é uma característica usual, mas não exclusiva do falante carioca.

2.2.3. As Formas de Tratamento

Normalmente, as pessoas tratam-se pelo primeiro nome, mas o que pode diferenciar o grau de proximidade ou de distanciamento entre os participantes é o pronome e as formas de tratamento escolhidas durante a interação. Como afirma Ervin-Tripp (1972):

In any case, the task of determining the structure implicit in people's report of what forms of address are possible and appropriate is clearly distinct from the task of studying how people, in real situation and in real time, make choice. (p. 220)

Assim como os pronomes de tratamento, as formas de tratamento também são marcadores de proximidade e distanciamento. Muitas são as opções disponíveis para que os participantes escolham durante uma interação social; essa escolha depende diretamente do contexto e do grau de intimidade, principalmente quando enfocamos o contexto universitário. São elas:

- **Título** → usado para marcar uma hierarquia entre os participantes, refletindo as relações sociais. Ele pode aparecer sozinho ou acompanhado pelo nome do receptor.
- **Nome + sobrenome** → quando aparece sozinho, o nome pode explicitar uma proximidade entre os participantes. No entanto, quando aparece com o sobrenome (ou um segundo nome) cria um maior distanciamento entre eles. Na cultura norte-americana, o uso do primeiro nome indica uma familiaridade entre os participantes, não interferindo no tipo de contexto (proximidade) se usado juntamente com o segundo nome.
- **Formas de tratamento especiais**³ → normalmente usadas entre jovens, criam um ambiente de proximidade. Podem ser usadas também como forma de identificação de determinados grupos sociais no Rio de Janeiro. Entre outras, encontramos: *cara*, *moleque*, *meu amigo*, *meu irmão*, ou a emprestada da língua inglesa, *brother*, e as formas carinhosas ou pejorativas como: *minha querida*, *meu amorzinho*, *gatinha* e outras.

O uso dessas formas de tratamento, em seus contextos específicos, é de grande dificuldade, principalmente quando os usuários pertencem a uma cultura em que as relações interpessoais são, comparadas às brasileiras, mais formais, como a norte-americana.

Considera-se que essa opção depende não só da situação de comunicação, mas do tipo de relacionamento entre os interlocutores, ou melhor, do tipo de relacionamento que o usuário percebe ou supõe existir entre ele e seu interlocutor. Para o aprendiz do português como língua estrangeira, a percepção das sutilezas envolvidas na escolha da forma de tratamento adequada constitui dificuldade. (Mendes, 1996, p. 108)

Na cultura norte-americana, o sexo dos participantes é importante para a interação (Ervin-Tripp, 1972). Uma mulher pode ser tratada pelo primeiro nome por outra mulher, mas deve ser tratada por *senhora/senhorita* + último nome, por um homem. Romaine (2000) destaca uma outra característica no tratamento norte-americano. O uso recíproco do primeiro nome tanto entre os falantes do inglês, como entre falantes de outras línguas, indica familiaridade. No entanto, essa

³ O termo “formas de tratamento especiais” é uma denominação nossa.

forma lingüística é usada em contextos específicos, com pessoas específicas.

Como afirma Bonvillain (1997):

In general, reciprocal forms of address (mutual exchange of either FN or TLN) occur between status equals, and nonreciprocal forms are typical of unequal relationships. Reciprocal FN tends to indicate intimacy or casualness, that is, lack of social distance. Reciprocal TLN marks formality or politeness. Many societal factors influence speakers' decisions, including age, gender, class, and ethnicity. (p. 82)

Alguns professores insistem em uma relação assimétrica, chamando seus alunos por seus primeiros nomes, e exigindo serem tratados por títulos, como *doutor*, ou por *professor*:

Aluno F: Eh... acho que depende de ah outras pessoas, às vezes eh... ah Eu morava no oeste dos Estados Unidos, e às vezes as universidades aqui têm professores que precisam de pedir autoridade. Ele... eu lembro uma caso que um professor estava muitos anos e um aluno não fala “senhor”, “doutor”, porque ele formou com uma pós-graduação de doutor, e e ele não fala com respeito, e ele não dá atenção.⁴

Para melhor visualizarmos essas formas de tratamento quanto ao contexto de proximidade e distanciamento no Brasil, observemos o quadro abaixo:

PROXIMIDADE	DISTANCIAMENTO
Primeiro Nome	Nome + Sobrenome
Título + Primeiro Nome	Título

Quadro 3

Estamos considerando, no contexto universitário, o uso do título + primeiro nome uma forma de proximidade durante a interação, uma tentativa de aproximação.

A **Marca Zero** constitui um estilo diferente de tratamento. Ela representa os enunciados que não apresentam referenciais de tratamento explícitos. Segundo Souza (1996), essa ausência de referencial pode ser *parcial* ou *absoluta*.

O enunciado constituído pela marca zero parcial é aquele em que notamos determinada forma de referencial àquele que recebe a mensagem. Essa forma de referencial pode ser uma forma de tratamento de segunda ou terceira pessoas (pronomes oblíquos ou possessivos), flexão verbal de terceira pessoa do singular, ou imperativo atenuado, isto é, terceira pessoa do presente do indicativo.

⁴ Parte da entrevista do aluno P3F.

A marca zero absoluta é explicitada em enunciados nos quais um dos participantes somente realiza o ato verbal, sem fazer referência à pessoa do discurso. Este recurso é comumente utilizado em contextos em que o participante procura não se comprometer de alguma forma com seu interlocutor, ameaçando a face dele e, até mesmo, a sua própria.

Os aprendizes do português como segunda língua, muitas vezes inseguros com relação à forma de tratamento adequada à situação de conversação em que se encontram, com frequência fazem uso deste tratamento zero, garantia de acerto. (Meyer, 1999, p. 149)

Para melhor nos auxiliar em nossa análise dos dados do português, usaremos as siglas encontradas no quadro abaixo:

PNT	Pronome TU
PNV	Pronome VOCÊ
PNS	Pronome o Senhor / a Senhora
PN	Primeiro Nome
FP2	Forma pronominal de segunda pessoa
FP3	Forma pronominal de terceira pessoa
FTE	Forma de tratamento especial
S	Sobrenome
Ti	Título
MZ / Ø	Marca Zero

Quadro 4

Convém observar que estamos considerando como título palavras como *diretora*, *doutora* e *professora*; todas usadas em contexto universitário. Em formas de segunda pessoa estão pronomes oblíquos como *te* e pronomes possessivos como *teu* e *tua*, enquanto nas formas de terceira pessoa estão pronomes oblíquos como *lhe* e os pronomes possessivos *seu* e *sua*. A ocorrência dessas formas, na análise, dar-se-á ao misturarem-se com outro pronome e/ou forma de tratamento em um mesmo enunciado, diferentemente da marca zero.